

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

MARIANA GRAZIELA COLOMBO DE FRAGA

**PARA ALÉM DE UM LUGAR: A TRANSFERÊNCIA E A CONSTRUÇÃO DE  
NARRATIVAS NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

Porto Alegre

2017

MARIANA GRAZIELA COLOMBO DE FRAGA

**PARA ALÉM DE UM LUGAR: A TRANFERÊNCIA E A CONSTRUÇÃO DE  
NARRATIVAS NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura, no curso Intervenção Psicanalítica na Clínica da Infância e Adolescência, do Instituto de Psicologia, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau.

Orientação: Profa. Dra. Sandra Djambolakdjian  
Torossian

Porto Alegre

2017

*Escrevia no espaço.  
Hoje, grafo no tempo,  
na pele, na palma, na pétala,  
luz do momento.*

*Soo na dúvida que separa  
o silêncio de quem grita  
do escândalo que cala,  
no tempo, distância, praça,  
que a pausa, asa, leva  
para ir do percalço ao espasmo.*

*Eis a vez, eis o deus, eis a fala,  
eis que a luz se acendeu na casa  
e não cabe mais na sala.*

Paulo Leminski

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	5
<b>1 PERCURSO DA ESCRITA</b> .....	8
<b>2 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: UM BREVE HISTÓRICO</b> .....	10
<b>3 A CASA QUE É INSTITUIÇÃO: A BUSCA POR UM LUGAR QUE QUISERA SER LAR</b> .....	13
<b>4 ENTRE A CASA E A INSTITUIÇÃO, EIS QUE SURGEM AS RELAÇÕES TRANSFERENCIAIS</b> .....	17
<b>5 MEMÓRIAS QUE ASSOMBRAM, HISTÓRIAS QUE LIBERTAM: A CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS</b> .....	20
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	24
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	25

## INTRODUÇÃO

O acolhimento institucional para crianças e adolescentes vem se adaptando a uma nova realidade de atendimento e uma nova composição desse serviço, desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e o reordenamento dos abrigos para crianças e adolescentes, quando foi previsto o fim da institucionalização total. Em conjunto a esse movimento, equipes que estão à frente desse trabalho se mobilizam para que tal objetivo seja alcançado. Dessa forma, podemos dizer que os avanços na história desse serviço são muitos em relação à sua convivência familiar e comunitária, bem como ao atendimento de forma mais individualizada e técnica.

Porém, uma das questões suscitadas refere-se ao lugar de que estamos falando, e como se dão as relações nesse espaço que deixa de ser “instituição total” mas que não ocupa o lugar da casa, ou seja, que de alguma forma ainda é a instituição. A partir dessa colocação, é preciso indagar como acontecem as relações transferenciais e a construção de narrativas nesse espaço.

Diante dos espaços de narrativas e relações que se estabelecem no acolhimento institucional, pretendo aqui discorrer sobre o tema a partir da experiência como psicóloga pelas vias da psicanálise na alta complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no atendimento de crianças e adolescentes, tendo como experiência o modelo de abrigo institucional e de casas lares.

Segundo as Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento Institucional (2009), as modalidades se diferenciam na forma de atendimento.

O abrigo institucional tem por objetivo atender até vinte crianças ou adolescentes, sendo o cuidado mantido por educadores, que têm sua jornada de trabalho de doze horas por dia. Ou seja, esse trabalho é dividido em plantões compostos por no mínimo três educadores. Além de profissionais específicos para alimentação e higiene, o serviço é acompanhado por uma equipe técnica composta por uma dupla psicossocial. Sendo assim, as crianças e os adolescentes atendidos em abrigos institucionais têm como referência um número maior de pessoas, e as atividades são mais monitoradas e pouco autônomas.

Já o modelo de casas lares tem por objetivo atender até dez crianças ou adolescentes, sendo a referência de cuidado o cuidador residente, pessoa ou casal que reside na casa lar juntamente com as crianças e os adolescentes atendidos e que é responsável pelos cuidados e pela organização da rotina da casa. Tal profissional deve participar ativamente das decisões relacionadas à casa lar, sendo recomendável que ele tenha autonomia para gerir a rotina “doméstica”, inclusive as despesas da casa. Recomenda-se que também as crianças e os

adolescentes tomem parte nas decisões acerca da rotina da casa, de modo que eles se reconheçam como parte integrante do grupo, com direitos e deveres.

A presença do educador/cuidador residente visa proporcionar: estabelecimento de uma relação estável no ambiente institucional, uma vez que o educador/cuidador residente ocupa um lugar de referência afetiva constante, facilitando o acompanhamento da vida comunitária das crianças e dos adolescentes (reuniões escolares, festas de colegas etc.).

Minha passagem pelo abrigo institucional se deu no ano de 2012, como estagiária. Lá eu fiquei por quase dois anos. Desde esse período, meus questionamentos sobre esse trabalho já eram muitos. Dentre eles, algo era latente: será que aquele serviço era mesmo o melhor lugar?

Mas sabia também que em alguns casos era o único lugar possível. E quando me refiro ao melhor lugar não falo de que era uma casa com estrutura ruim, ou com pessoas que não cuidassem. O verdadeiro sentido era que, aos meus olhos, aquele espaço nunca seria um lar. Sabia o quanto a história da institucionalização infantil no Brasil havia avançado, porém não deixava de ser a instituição.

Naquele formato de acolhimento, a equipe técnica se localizava em uma sede, e não no mesmo espaço do abrigo. Sendo assim, acabávamos indo até o abrigo uma ou duas vezes na semana, no máximo. Às vezes, chamávamos as crianças e os adolescentes para atendimento na sede. Hoje me dou conta de como era difícil criar um espaço de transferência. As informações sobre suas histórias, trazidas pelas crianças e pelos adolescentes, vinham na maioria das vezes nas conversas com os educadores, que eram as pessoas que passavam a maior parte do tempo na “casa”, ou seja, a proximidade permitia vínculos importantes que criavam espaço de transferência.

Havia alguns casos mais emblemáticos em que os próprios adolescentes nos procuravam, circulando mais pelo espaço da sede, e a transferência se dava de forma natural. Na maioria das vezes, eram casos em que os vínculos com os educadores já estavam fragilizados, e nesse momento a equipe técnica parecia ser a “última” saída ou chance de pertencer à “casa” ou a algum lugar.

Lembro-me, ainda, de como a experiência no abrigo deixou em mim o questionamento de como poder fazer mais, profissionalmente, nesses espaços.

Já no ano de 2014 iniciei minha trajetória, agora como psicóloga, não mais estagiária, novamente no Serviço de Acolhimento Institucional, em casas lares, e dessa vez a equipe técnica se localizava no mesmo espaço onde estão as casas lares, em uma casa distinta mas bem próxima. A partir dessa prática, muitas coisas mudaram no meu olhar para esse serviço. Podia ver ali possibilidades que eu não visualizava no abrigo institucional.

Diante disso, surgem as narrativas e a convocação do outro, da criança e do adolescente que se referem em muitos momentos ao psicólogo, ao assistente social, ao pedagogo, entre outros que compõem a equipe da instituição, chamando-os de “tio”. E agora? Eu posso responder a eles sendo colocado nesse lugar de “tio”? E, para além disso, é possível criar relações transferenciais nesse lugar que é “casa” e também instituição, sendo a transferência também a via da construção de narrativas com crianças e adolescentes que têm marcas tão profundas em suas histórias de vida?

O que me coloca em causa para falar neste trabalho são as relações diárias no acolhimento institucional, as possibilidades de criar relações transferenciais e, para além disso, de proporcionar um lugar possível para a construção de narrativas.

## 1 PERCURSO DA ESCRITA

A escrita deste trabalho tem por desejo percorrer parte da prática profissional e das questões suscitadas no Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes, discorrer através da psicanálise a vivência desse lugar, onde histórias de vida vêm permeadas de dor e sofrimento, mas que podem ali ser colocadas como meio de ressignificação.

Tenho impressão de que somente o poético poderia descrever e abarcar muitas das cenas que vivi. A psicanálise nos leva ao humano pulsante onde quer que a vida esteja, mesmo que seja somente por meio de um suspiro ou que seja soterrada pela morte. (Broide, 2006, p. 3)

Em suas palavras, Broide (2006) traz grande parte do sentimento presente na escrita deste trabalho, de demandas tão “pesadas” que é preciso que o poético seja intermediário da escrita.

Como meio de ilustrar o cotidiano deste trabalho, pretendo citar casos clínicos que enlacen a trajetória onde a prática e a teoria psicanalítica se encontram.

Este trabalho busca, por meio da prática, trazer as possibilidades de atendimento a crianças e adolescentes nos serviços da assistência social, em específico no acolhimento institucional, de forma que a psicanálise possa circular e se colocar em uma clínica ampliada, para além do consultório, abrangendo os diversos espaços, principalmente no que se refere às políticas públicas.

Neste sentido Freud (1918) provocava a pensar em como poderia se dar o oferecimento do tratamento psicanalítico em condições de “vida pesada” na pobreza, considerando a responsabilidade do Estado, pois talvez fosse necessário “unir ao socorro psíquico um auxílio material”, mas que “a estrutura e a composição desta psicoterapia para o povo” necessitaria continuar fundamentada na “psicanálise propriamente dita rigorosa”; assinalava que os fatores da falta de perspectiva de vida e a “conformação” ao sintoma seriam dificuldades a mais nessas condições.

A metodologia que se pretende utilizar para a escrita deste trabalho é o ensaio, sendo esta uma modalidade bastante usada, especialmente nas áreas de ciências humanas, que se constrói a partir dos pontos de vista do autor sobre o tema abordado, buscando originalidade e sem se tornar exaustivo em sua construção.

A produção de conhecimento em psicanálise pressupõe sua operacionalização no âmbito de um *setting* transferencial, onde o inconsciente pode emergir. Dessa forma, a verdadeira pesquisa em psicanálise é aquela que emerge da clínica psicanalítica. Essa posição clássica é a

defendida, em sua versão mais ortodoxa, por Freud nas suas propostas de ensino de psicanálise na universidade, segundo as quais este deveria ser concebido com o intuito de divulgação das proposições psicanalíticas e de forma dogmático-crítica (Mezan, 1998).

O objetivo desta escrita passa pelo desejo de falar sobre como se dão as relações transferenciais e a construção de narrativas no serviço de acolhimento para crianças e adolescentes.

## 2 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: UM BREVE HISTÓRICO

Torna-se impossível falar de instituições de acolhimento sem retomar ao passado, onde a infância e a adolescência sentem na “pele” o lugar que a sociedade e o Estado constituíram ao longo dos anos para “solucionar” essa demanda.

No que se refere à história da infância no Brasil, é preciso contextualizar o próprio conceito de infância. Ariés (1981) destaca que até a Idade Média a criança era considerada como que um adulto imperfeito, sem as habilidades e conhecimentos destes. Desde muito cedo era inserida no meio adulto, e esperava-se que fosse capaz de partilhar e aprender os mesmos assuntos, inclusive trabalhar, não dispondo de um espaço próprio naquele mundo. Sendo assim, a infância como a entendemos hoje só passa a ter uma visibilidade entre o final do século XVII início do século XVIII.

Em 1551, foi implantada a primeira casa de recolhimento de crianças no Brasil, gerida pelos jesuítas que buscavam isolar crianças índias e negras da má influência dos pais, com seus costumes “bárbaros”, dando início à política de recolhimento (Cruz, 2006; Mallmann, 2008). O nome dado a esse serviço já se torna muito simbólico, “recolher” (do latim *recolligo*, -ere, ajuntar, reunir de novo, reunir, retomar, recuperar), ou seja, de alguma forma, esconder o que não era visto como adequado.

Nas primeiras décadas do século XVIII, há o início da fase institucional, com o surgimento da primeira roda dos expostos, modelo este importado da Europa. Considerado o primeira sistema de assistência à criança abandonada no Brasil, ele prevalece até a transição do Império para República, sendo mantidos pela Igreja Católica e tido como uma alternativa evangelizadora ao aborto e ao infanticídio. Recebia crianças, na maioria das vezes, fruto de relações fora do casamento, filhos de escravos ou com alguma doença. Essa época é marcada, por esconder da sociedade o que se entendia como ruim para sua imagem, perpetuando segredos em relação à criança. Cabe salientar que nesse período muitas famílias também acolhiam crianças que estavam nas ruas. Essa atitude era vista como uma forma de benevolência e compaixão das famílias para com o outro e estava ligada a concepções religiosas (Cruz, 2006; Mallmann, 2008).

O século XIX é tido como um período historicamente importante na formação das sociedades modernas, sendo campo de sucessivos confrontos entre dogmas e ideologias, provocando uma revolução na forma de pensar da sociedade. Nessa época, ocorre a passagem do regime monárquico para o republicano, marcada por grandes transformações no pensamento social brasileiro. A criança passava a simbolizar a esperança do futuro da nação, se fosse

educada ou reeducada pelo Estado pra tal. Para dar conta disso, o Estado tinha o apoio de uma medicina higienista, com ramificações no cunho psicológico e pedagógico que acabavam sendo fiscalizadoras do Estado. Onde a família falhasse o Estado estava pronto pra intervir e fazer o seu papel.

Com a revolução industrial capitalista do século XIX, transformações econômicas, políticas e sociais ocorrem no País, e a infância adquire novos significados e estatura social. A criança passa a ser vista como um ser importante para sociedade, e o Estado passa a ter competência administrativa sobre ela, e já não mais só a família e a Igreja (Rizzini, 2011).

Em 1830, surge o Código Penal do Império e o Primeiro Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, sendo assim instituída a primeira forma de abrigamento.

Segundo Mallmann (2008), em tentativa de “proteger a sociedade”, em 1906, no período republicano, surgem casas de recolhimento, como escolas de prevenção para educar menores em abandono, escolas de reforma e colônias correccionais para menores em conflito com a lei. Assim, o que prevalecia era a ideia de “salvar” a infância brasileira no século XX. Dessa forma, é instalado o chamado movimento higienista, baseado em métodos racionais e científicos no atendimento da população infanto-juvenil.

Em 12 de outubro de 1927, foi estabelecido o primeiro Código de Menores do Brasil, através do Decreto nº 17.943-A, conhecido como Código Mello Mattos, que consolidou as leis de assistência e proteção aos menores. Era uma forma de condenar a pobreza das famílias brasileiras que não conseguiam educar seus filhos. Esse código também representou uma forma de conter os menores, para que futuramente não se tornassem adultos perturbadores do progresso social do País.

Em 1942, foi fundado o Serviço de Assistência do Menor (SAM), dando origem a instituições denominadas para a salvação e correção dos menores considerados delinquentes, onde a disciplina e o trabalho eram tidos como meios de recuperação. Depois de muitas críticas enfrentadas por esse modelo, em 1964, com o golpe militar, o SAM é extinto, sendo promulgada a Política Nacional do Bem-estar do Menor (PNBEM), a Fundação Nacional do Bem-estar do Menor (FUNABEM). Este seria, então, visto como um modelo mais pedagógico para tratar o menor infrator.

Em 1979, o Código de Menores sofre nova alteração, tendo em vista uma função mais terapêutica ao menor delinquente, porém houve poucas mudanças palpáveis em relação aos objetivos traçados (Soares, 2012; Cruz 2006).

A assinatura da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, em 20 de novembro 1989, foi tida como inspiração para o movimento de reconhecimento da cidadania

infanto-juvenil, refletindo-se no texto constitucional brasileiro e na própria elaboração do ECA, que foi regulamentado pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, considerada uma das leis mais avançadas do mundo nessa área. Deve-se ressaltar que todos esses avanços fazem parte de uma história de lutas, que traçaram o panorama histórico e recente da proteção da infância. Se pensarmos em um passado não muito distante, ainda podemos visualizar a exclusão e a segregação entre as crianças “de suas famílias” e dos menores “potencialmente perigosos”. Ainda podemos identificar políticas centralizadoras e arbitrárias e uma sucessão de medidas que oscilavam entre a caridade e a filantropia (expressões inicialmente diferenciadas que se tornam sinônimas); a repressão e privação de liberdade (Franco, 2010).

A sociedade teve grande parcela de comprometimento para que fosse sancionado o ECA, estabelecendo-se um caminho para intervenção popular nas políticas de assistência e de atendimento, criando-se conselhos municipais, estaduais e nacionais dos direitos da criança e do adolescente, além de órgãos controladores de ações em todos os níveis.

A partir de 1993, com a publicação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), é definida a Política de Seguridade Social, compondo o tripé da seguridade social juntamente com a saúde e a previdência social, com caráter de política social articulada a outras políticas públicas.

Em 2005, é instituído o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social brasileira. Consolida o modo de gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os três entes federativos que, de modo articulado e complementar, operam a proteção social não contributiva de seguridade social no campo da assistência social (Sistema Único de Assistência Social, n. d.).

Diante de todas as mudanças e avanços conquistados com a nova legislação, buscou-se o melhor atendimento para crianças e adolescentes. Sendo assim, irei aqui discorrer sobre esse novo lugar, a “casa” ou a “instituição”, ou poderíamos dizer uma “casa institucional”, pois continua a ser gerida pelo Estado, agora de forma mais organizada e prevendo um atendimento mais individualizado.

### 3 A CASA QUE É INSTITUIÇÃO: A BUSCA POR UM LUGAR QUE QUISERA SER LAR

Era uma vez... Um menino chamado Pedro.  
 Pedro morava em uma casa amarela com sua mãe e seus dois irmãos  
 Sua mãe ficava muito tempo fora de casa.  
 Enquanto isso, como Pedro e seus irmãos não iam à escola, passavam a maior parte do tempo brincando na rua.  
 Certo dia, a campainha tocou. Era uma mulher. Ela disse que levaria Pedro e seus irmãos para um abrigo.  
 Pedro pensou: um abrigo? O que é isso? Mas, por quê?  
 Ficou quieto. Não falou nada. Mas pensou em muitas coisas.  
 O que será que eu fiz? Será que tem algo de errado comigo? Começou a achar que esse tal de abrigo era um castigo...  
 Na despedida, sua mãe chorava. Pedro estava assustado.  
 Chegou, então, em um lugar bem longe de casa, cheio de adultos e crianças que nunca vira antes.  
 Um lugar estranho, com pessoas estranhas...  
 Pedro se sentiu pequenininho.  
 À noite, não conseguia dormir. Estava com saudade de casa, de seus amigos da rua e principalmente de sua mãe.  
 Chorou baixinho.  
 Não sabia o que ia acontecer

Bruna Elage, *A história de Pedro*

A casa para criança pode significar o lugar de segurança ou mesmo o lugar conhecido e até reconhecido por ela. Em diversos momentos em que a criança é levada para um acolhimento institucional, ela não reconhece esse ato como cuidado. Mesmo em uma avaliação no âmbito técnico e jurídico, a criança mostra-se assustada, pois é retirada de sua origem, de sua família, do lugar conhecido por ela.

Cabe ressaltar que em muitos casos, mesmo em situações de violência familiar extrema, o estranhamento ao chegar na instituição de acolhimento ocorre, o tempo de adaptação pode ser longo ou subjetivamente nunca acontecerá. Segundo Cintra (2010),

Para crianças abrigadas, a experiência subjetiva de violência pode ser vivenciada, novamente, através dos rompimentos de sua realidade, tendo em vista que podem se sentir pressionadas a se desfazer de seu passado para assumirem novas características que atendam a valores estabelecidos como adequados. O passado ocupa o lugar de inadequação, cujo afastamento se faz necessário para que se atinja a adequação, um lugar social de reconhecimento que pode se tornar para criança mais um sofrimento.

A casa que é instituição ou podemos dizer que a instituição é casa? Eis uma dúvida e uma questão posta no cotidiano de um acolhimento institucional. Podemos dizer que a

instituição, apesar de ter um aspecto visual de uma casa, é o lugar onde a criança ou o adolescente passa a viver após uma medida judicial que entende que seus direitos foram violados.

Porém, as questões desse “atravessamento jurídico” na vida de uma criança já causam demandas as quais nem sempre é possível de serem significadas por ela, no sentido de que em muitos casos é difícil que a criança compreenda que aquele adulto que até então era sua referência de “afeto”, seja este pai ou mãe, entre outros familiares, não pode mais ocupar esse lugar e que a partir do acolhimento institucional sua vida passa a ser rodeada por pessoas que ela nunca vira antes.

Rafael já era adolescente e não conseguia permanecer na instituição. Sempre ia em busca da mãe, evadindo da casa lar. A mãe sempre o trazia de volta, ele não conseguia compreender o porquê de não poder ficar em sua casa com sua mãe. Mesmo com todas as conversas que tínhamos com ele, Rafael só parou de buscar por sua mãe no dia em que, ao trazê-lo de volta, ela verbalizou que não queria ficar com ele, e que ele deveria ficar ali.

Valentina tinha apenas 5 anos, fora acolhida pois sua mãe a espancava. Por vezes, não havia o que comer em casa, a mãe usava seu dinheiro em outras coisas e não para suprir a alimentação da filha. A menina tinha marcas pelo corpo, mas pedia insistentemente por sua mãe, apesar de estar em um lugar agora seguro, onde seria cuidada. Em um atendimento, Valentina disse a uma colega que estava a conversar com ela: “tia, deixa eu ver minha mãe, eu quero ir pra casa com ela, eu vou me comportar para ela não me bater mais. Se ela tiver dinheiro para comprar o gás acho que ela não vai ficar brava e nem me bater”.

É possível perceber que apesar do serviço de acolhimento estar situado no espaço físico de uma casa, não deixará de ser instituição pelo seu funcionamento. Nesse espaço circulam educadores, no caso de abrigos institucionais, e cuidadoras residentes no espaço de casas lares; e nos dois espaços, equipes compostas por psicólogos e assistentes sociais também são incorporadas à rotina.

Percebemos, em diversos momentos no atendimento das crianças que são acolhidas, que pode levar muito tempo para que uma criança ou um adolescente compreenda o motivo de estar em uma instituição, ou mesmo nunca chegue a compreender. Quando a criança é acolhida, é muito importante que ela possa ter espaço para expressar seus sentimentos, e nesse aspecto penso que a instituição, seja ela abrigo institucional ou casa lar, precisa criar e prover tal lugar.

Diante dessas questões, pode-se pensar que esse lugar não é a casa, e sim a instituição. A casa, para as crianças ou os adolescentes acolhidos, é onde estão suas origens, é o lugar para onde se quer voltar. Talvez essa busca da criança se refira a um “lar”. Esta palavra traz significados condizentes com esse sentimento: “lar” vem do latim *lars*, e significa “protetor da casa”.

Na maioria dos casos, a criança ou o adolescente quer voltar para as suas origens. Ao longo do acolhimento, alguns se dão conta de que o desejo de voltar não comporta o sofrimento que já viveram. Sendo assim, conseguem ter a crítica de que a casa da família não é um local protetivo; porém, ainda sentem falta de ter a “família”. Alguns não conseguem encontrar a significação e não reconhecem a família como desprotetiva, vivendo em um ciclo de reproduções da própria violência; outros conseguem pedir por uma família, seja ela qual for, podendo ser uma família adotiva. O importante para essas crianças é se sentirem pertencentes a um lar, ao seu lar, e não mais à “casa” que é instituição.

Alguns casos atendidos ao longo de minha trajetória nos acolhimentos institucionais ilustram as referências que faço neste trecho...

Ainda na experiência como estagiária em um abrigo institucional, lembro-me de um menino que estava acolhido desde os 5 anos de idade. Vou chamá-lo aqui de João, ele tinha mais quatro irmãos, todos foram adotados e somente ele permaneceu acolhido. Ao longo de seu acolhimento, a mãe tentou até mesmo roubá-lo da instituição. A situação da mãe era muito precária: vivia na rua, fazia uso de substâncias psicoativas e tinha um companheiro, que, inclusive, antes do acolhimento de João, segundo relatos da rede de atendimento, teria oferecido drogas para o menino. João tinha muita dificuldade de falar de suas lembranças, principalmente de sua mãe, mas desde os 10 anos de idade João evadia do abrigo e sempre buscava pela mãe. Por vezes a encontrava, e isso o deixava muito angustiado, e a única forma que ele sabia de se comunicar era agredindo outras crianças, tornando assim sua convivência no abrigo muito difícil. Ao longo dos anos isso só piorava. Já havia passado por muitos abrigos, e de tempos em tempos os educadores pediam sua transferência por não conseguirem mais contornar a situação de violência de João com as demais crianças. João, aos poucos, em atendimentos que aconteciam na rua, pois ele tinha dificuldades em falar em um espaço fechado, falava das suas faltas, da mãe que ele não encontrará, e a vida de João seguiu com passagens pela FASE. A rua se tornou sua casa; parece que na “rua”, como sua mãe, resgatou um pouco de sua história. A instituição para ele não era “casa” e nunca assim seria.

Para Bowlby (1993), estados de angústia e depressão, que muitas vezes se manifestam na idade adulta, assim como condições psicopáticas, podem ser associados, de maneira sistemática, a estados de desespero e desapego, que facilmente se manifestam quando a criança se separa por longos períodos de sua figura materna.

Algumas diferenças são bem significantes no atendimento das casas lares. Parece-me que esse espaço é um pouco mais próximo do ambiente de uma casa, por ter grupos menores de atendidos. Na instituição onde trabalho, cada casa atende até oito crianças. Sendo assim, o olhar

para elas se torna mais individualizado. Além disso, em algumas casas temos só grupos de irmãos.

Uma questão suscitada nesse atendimento e que se percebe de forma clara é que as crianças ou adolescentes entram em contato com seus sentimentos e histórias de forma mais intensa, como se a casa lar fizesse reviver o sentimento familiar. Nas questões de violência entre os acolhidos, trabalhamos muito com a palavra, no sentido de que aquele espaço é um lugar de cuidado e que tudo se resolve conversando. Ao longo do tempo isso vai se tornando presente para eles e é reproduzido. A conversa, o diálogo e a escuta são as principais ferramentas de trabalho nesse espaço.

Segundo Winnicott (1965/2011), uma criança privada da vida familiar pode ter vivido em condições favoráveis em família por certo tempo. Mas é possível também que a criança que não tenha tido essa experiência sadia possa vir a experimentá-la em uma instituição, desde que lá venha a encontrar um cuidador que faça tal função. É necessário conhecer o que ocorre com a criança quando um bom ambiente é destruído, sendo considerado este “bom ambiente” os vínculos que a criança possui com sua família, que muitas vezes podem estar passando por uma situação de vulnerabilidade, ou também quando esse ambiente nunca chegou a existir.

Percebo que a equipe estar próxima da casa facilita o vínculo e a segurança estabelecida com as crianças e os adolescentes. Nesse percurso, em muitos momentos, somos chamados de “tio/tia”, e isso parece ser uma forma que eles encontram para se sentirem mais próximos. Necessitam preencher um vazio e, para além disso, criam um meio de comunicação.

Feitas essas considerações, vejo no acolhimento institucional a possibilidade de uma clínica ampliada, onde as relações transferenciais acontecem por todos os espaços da “casa” e da instituição.

#### 4 ENTRE A CASA E A INSTITUIÇÃO, EIS QUE SURGEM AS RELAÇÕES TRANSFERENCIAIS

Mas hoje parece que está um silêncio tão grande neste pátio; verdade, tia, nem os passarinhos querem cantar...

Paulo

As transferências no espaço do acolhimento institucional (de que lugar se responde à convocação do outro), acontecem de forma ampliada e podem ser pontuais; ocorrem em uma sala no escritório, em espaços do pátio ou mesmo no interior da casa lar. Tomo para esta escrita casos do dia a dia da instituição.

Para dar início a essa discussão, penso que seja relevante introduzir, de forma breve, o conceito de transferência. Segundo Laplanche e Pontalis (2008, p. 514), a transferência caracteriza-se pelo processo no qual os desejos inconscientes se atualizam sobre determinados objetos no quadro de um certo tipo de relação estabelecida com eles e no quadro da relação analítica.

Scarparo (2008) refere-se a transferências sobre pessoas, mas que não são pessoais, no sentido intersubjetivo, e sim no encontro de traços de identificação, implicações projetivas e introjetivas – lugar que acolhe algo que, na verdade não lhe diz respeito, para devolver ao sujeito seu lugar, de fala, de reconhecimento de suas imagens construídas.

Iniciando a citação de alguns casos atendidos por mim na casa lar, faço referência a um menino de 12 anos, que chamarei aqui de Ruan.

Ruan chegou à casa lar com mais dois irmãos, sendo ele o irmão do meio. A relação entre os três era permeada de violência, mas ao mesmo tempo tinham um grande vínculo. Pela vivência de rua dos meninos em uma comunidade que era constituída e influenciada pelo tráfico, suas brincadeiras e palavras eram compostas por essa relação natural do lugar que viviam antes do acolhimento. Ruan teve períodos em que evadia junto com seu irmão mais velho; iam em busca da mãe, que sempre os trazia de volta. Ruan se mostrava um menino forte e valente, até destemido, em seus discursos, porém seu olhar era distante e triste. À noite tinha medo de dormir com a luz apagada e sempre precisava estar perto de seu irmão; por vezes, era encontrado na cama do irmão. Aos poucos, foi possível se aproximar mais de Ruan; a confiança foi estabelecendo uma relação de cuidado. Ruan não queria ir para escola; quando ia, brigava, e a escola pedia que ele retornasse.

Um certo dia, quando cheguei na casa, Ruan estava sentado próximo à porta. Seu olhar era distante, eu me aproximei e começamos a conversar. Nessa conversa, falei com ele sobre conhecimentos da vida, sobre quem era o presidente do Brasil, entre outras coisas. Ele soube responder algumas perguntas, eu o elogiei, e falamos sobre ir à escola. Nesse momento, percebi que ele tinha medo do desconhecido, como estava mais atrasado que alguns colegas, tinha vergonha de se expor, afinal ele era forte e valente.

Fomos até a minha sala e lá ele aceitou fazer algumas atividades, passando a tarde ali. Eu me ofereci para acompanhá-lo na escola, dizendo que iria conversar com a escola e conseguir um atendimento individual para que ele aprendesse e não sentisse vergonha, e ele aceitou. No primeiro dia, tive que ficar na aula com ele por uma hora; depois ele seguiu sozinho, aprendeu a ver as horas, ele adorava relógios. A escola passou a fazer parte de sua rotina. Em um certo dia, ele gritou no pátio para que eu o olhasse, e então disse: “Tia Mariana... Olha, vou fazer um gol pra ti”.

Freud (1914), em seu texto *Recordar, repetir e elaborar*, observou em seus estudos que os indivíduos repetem em suas ações conteúdos reprimidos. Dessa forma, o analista, a partir das ações e comportamentos do indivíduo em análise, tem a possibilidade de compreendê-los.

Algumas vezes, quando somos convocados sendo chamados de “tios”, este parece ter um endereçamento necessário no sentido de estar mais perto de ocupar um lugar que remete ao abandono, à falta da sua própria família. Mas essa convocação como “tio” pode ser também transitória, no sentido de que algo pode se movimentar a partir de uma produção transferencial.

Uma adolescente sempre me chamava de “tia”. Ao mesmo tempo que essa convocação via com afeto, por horas a raiva estava presente. Nos atendimentos com Luana, ela referia que não gostava de falar de sua família, que esse sofrimento era só dela, porém sempre trazia suas lembranças do período em que esteve com o pai e a mãe e mesmo o desejo de conseguir ajudá-los no futuro. Luana trazia o desejo de “recuperar” a família, porém isso se misturava quando ela fazia buscas, nos locais em que vivia, por pessoas que a adotassem. Essas relações acabavam sendo desfeitas por Luana. Na busca incessante de alguém que pudesse ocupar o lugar dos pais, certo dia conseguimos falar sobre isso. Luana se emocionou e disse que o maior sonho era ter seus pais de verdade com ela. Luana disse que iria se esforçar para poder ajudá-los no futuro. Certo vez, quando falávamos de um possível emprego para ela, disse que gostaria de guardar um pouco do seu salário, mas que com o restante queria fazer algumas coisas para as pessoas que sempre a ajudaram. A partir desse momento, ela passa a me chamar pelo nome e não mais de tia. “Mariana, eu gostaria de te convidar para almoçar, agora que vou começar a trabalhar e ter meu salário.”

Para Freud (1920, p. 29), o paciente é obrigado a repetir o material reprimido como se fosse uma experiência contemporânea, em vez de, como o preferiria ver, recordá-lo como algo pertencente ao passado. Essas reproduções, que surgem com tal exatidão indesejada, sempre têm como tema alguma parte da vida sexual infantil, na esfera da transferência, da relação do paciente com o médico. Quando as coisas atingem essa etapa, pode-se dizer que a neurose primitiva foi então substituída por outra nova, pela “neurose de transferência”.

As demandas e endereçamentos de crianças e adolescentes acolhidos podem ser permeados de afeto, mas também de raiva e dor, e os vínculos estabelecidos podem também gerar medo até mesmo de um novo abandono. Segundo Broide (2006):

Depois de inúmeras situações críticas vividas no atendimento, foi possível compreender que o vínculo terapêutico tornava-se uma grande ameaça à criança e ao adolescente, pois nele era depositada sua história de perdas e violência, muitas vezes insuportáveis. O técnico passava então de continente a inimigo, já que, para o adolescente, ele era o responsável pelo sofrimento, já que na medida transferencial trazia à tona os fantasmas e as rupturas que constituíam grande parte de sua história. Utilizo aqui o termo técnico porque não importa quem ocupe este lugar, mas sim o tipo de vínculo. No trabalho de campo, tal vínculo pode ser exercido por educadores, assistentes sociais, psicólogos. (p. 7)

Segundo Winnicott (1956/1974), o *setting* é a metáfora dos cuidados maternos. O analista, na transferência, exerce a função da mãe suficientemente boa que oferece um ambiente acolhedor, confiável e continente ao bebê, indispensável ao desenvolvimento emocional do indivíduo.

De alguma forma, no trabalho com crianças e adolescentes que têm em suas histórias de vida muitas faltas constituídas pela ausência desses cuidados, torna-se fundamental que a equipe por vezes se coloque nesse lugar, estabelecendo uma forma transferencial.

Winnicott (1956/1974) pontua a necessidade de dar maior importância ao manejo do que à interpretação. O analista deve ser suficientemente bom para adaptar-se à necessidade do paciente, suscitando neste a esperança de que o verdadeiro *self* não sofrerá riscos e assim poderá viver. Portanto, a análise só é possível se houver a capacidade, tanto do analista quanto do paciente, de vivenciar o espaço potencial, isto é, utilizá-lo como um espaço de criação conjunta, numa verdadeira comunicação entre ambos (Winnicott, 1971/1975).

Diante da constituição de relações transferenciais, surgem as possibilidades da criação de narrativas capazes de ressignificar histórias de vida.

## 5 MEMÓRIAS QUE ASSOMBRAM, HISTÓRIAS QUE LIBERTAM: A CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS

O acolhimento institucional de crianças e adolescentes está permeado de histórias de vida que têm como marca a ruptura de vínculos afetivos, maus tratos, negligências, violências psicológicas, físicas e sexuais. Trazer a palavra, a brincadeira, a encenação para esse contexto torna-se de suma importância para a criança e o adolescente, além de ter profissionais que sejam capazes de acolher essas demandas e, assim, propiciar um espaço de narrativa que garanta ao “sujeito narrador” o resgate de sua própria história.

Neste sentido, Winnicott (1962/2003) refere o que uso de narrativas interativas na pesquisa psicológica vem ao encontro de anseios de disponibilizar recursos e conhecimentos psicanalíticos em contextos onde a análise padrão seria inviável ou considerada inapropriada. Assim é o caso da pesquisa psicanalítica, das psicoterapias breves, dos grupos de trabalho, de pacientes de baixo poder aquisitivo, do trabalho institucional, ou ainda do tratamento de pacientes que demandam uma abordagem psicanalítica diferenciada.

As narrativas no espaço institucional surgem de maneira natural e gradual, a partir dos vínculos afetivos que se constituem, bem como através da transferência.

Borys Cirunilk, em um trecho de seu livro *Os patinhos feios*, refere-se aos momentos traumáticos vividos por um menino ainda muito pequeno, que fora tirado de sua mãe e colocado em uma instituição, um orfanato. Tempos depois, esse menino consegue narrar sua história através de uma encenação com os amigos do orfanato, usa palavras e a encenação para traduzir seu sofrimento de quando a mãe é levada pela polícia. Mesmo sem saber escrever sobre tal fato, sua narrativa se constrói a partir do brincar.

A narrativa introduzida como meio que se produz no tempo de maneira espontânea é sempre singular e coletiva, pois a cada nova versão encontramos a personalidade do narrador, assim como o contexto do qual ele faz parte, forjando o narrar como recurso inesgotável de comunicação do humano (Granato, Corbett & Aiello-Vaisberg, 2011).

A psicanálise toma das narrativas de pacientes que tecem suas vidas em histórias, reconhecendo nesse modo expressivo da dramática humana a fonte de suas investigações. Podemos pensar a narrativa como meio de elaboração e significação do vivido.

Segundo Granato, Corbett e Aiello-Vaisberg (2011), citando *A interpretação dos sonhos*, obra que inaugura a psicanálise e a estrutura do método psicanalítico, Freud parte da narrativa do sonho, produzida em campo associativo, e “regula” o foco da atenção psicanalítica, a fim de ampliar a capacidade de compreender as comunicações inconscientes do sonhador. Desde os primórdios da psicanálise, terapeutas e pacientes trabalhariam juntos, reconstruindo uma experiência pessoal que se perdera no tempo, restabelecendo conexões de sentido entre fatos psicológicos e desvendando sintomas de sofrimento psíquico.

A respeito dos primórdios da psicanálise, ainda hoje podemos encontrar a significação dessa construção em conjunto, ou seja, a importância do outro para a contextualização e construção de uma narrativa. E no que se refere ao acolhimento de crianças e adolescentes, esse espaço de reedição e de narrar suas histórias torna-se essencial.

Muitas obras, literárias ou cinematográficas, falam do abandono de crianças que têm suas vidas constituídas por muitas marcas nem sempre tão agradáveis. Algumas que tem circulado no momento atual chamam a atenção, como a série *Anne*, que trata de uma menina órfã que passa por muitas dificuldades em sua vida e que encontra nas palavras e em sua imaginação uma forma de sobreviver a tantas memórias difíceis. Anne dá nomes às paisagens, admira cada lugar, cria histórias, encontra nas flores e em árvores amigos sinceros, usa livros para viver e imaginar momentos que nunca viverá antes, ali encontra novas possibilidades.

Outro filme atual, *Lion*, é baseado em uma história real que trata da dificuldade de um menino que se perde de sua família e, após viver na rua, é levado para um orfanato. Ao longo do filme, o menino acaba por se adotado e já na vida adulta se vê desafiado a dar vazão à sua memória, aos seus pensamentos, e para que consiga seguir sua vida precisa resolver seu passado, mas só se dá conta disso após conseguir narrar partes e lacunas de sua vida.

Na vida real do acolhimento institucional, percebemos o quanto essas histórias se repetem. O espaço de criar a própria narrativa e de encontrar sentido em seu passado, permitindo que se possa sonhar com o futuro, é fundamental para o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes.

Nesse sentido, gostaria de relatar algumas experiências que vêm sendo constituídas com a utilização do projeto “Fazendo Minha História”, criado pelo Instituto Fazendo História, organização não governamental (ONG).

O programa “Fazendo Minha História” tem como objetivo geral garantir meios de expressão para que cada criança ou adolescente que está em um serviço de acolhimento conheça e se aproprie de sua história passada e presente. Iniciou seu trabalho motivado pela necessidade

de registrar e trabalhar as histórias de vida das crianças e adolescentes acolhidos, que muitas vezes se perdem no dia a dia das instituições.

A metodologia é baseada em atendimentos de cinquenta minutos em média, nos quais são expostos livros de literatura para que a criança ou o adolescente manuseie e escolha um deles para que o responsável pelo atendimento leia. Essa técnica é chamada de mediação de leitura. Após esse momento, inicia-se a construção de uma página do álbum da criança ou do adolescentes. As páginas podem se referir a histórias do passado, do presente ou mesmo de um sonho para o futuro. Não existe uma ordem cronológica, respeitando o desejo e o momento de narrativa de cada um.

Juliana 16 anos, em uma página do seu álbum...

Juliana disse: “Tia, eu quero falar do meu pai e por que eu vim pro abrigo.” Nessa narrativa, Juliana referiu que ela morava com seu pai e seu irmão e que um certo dia o pai foi até um serviço da assistência social porque estava com dificuldades financeiras para comprar comidas para eles. O pai, segundo ela, queria uma ajuda, porém as pessoas acabaram levando ela e o irmão para o abrigo. Juliana ainda se mostra inconformada, não só por ter ido para o abrigo, e sim porque pouco tempo depois o pai veio a falecer. Ela diz se lembrar do dia em que foi visitar o pai e de como ele estava doente e que ninguém o estava cuidando. Nessa página, colocou uma foto sua e de seu pai, emocionou-se e falou do quanto ele ainda estava presente em seus pensamentos.

Essa narrativa e o significado construído pela adolescente se contradiz com que dizem os autos de seu processo, onde referem que o pai era alcoolista e assim não podia cuidá-la.

Juliana está acolhida desde os 10 anos de idade e pela primeira vez, aos 16 anos, conseguiu falar de como via sua história, de como se sentia dentro dela. Nesse dia, consegui buscar com ela outras memórias, não só essas de dor, mas também do amor transmitido pelo pai, de como ele fora importante em sua vida.

Diante desses relatos e da força dessa narrativa, penso que nesse momento houve ali uma importante transferência, e que eu pude responder a ela de um lugar o qual vejo como possível pela via da escuta psicanalítica sem interferências, mesmo eu sabendo do que estava dito nos relatórios judiciais. Naquele momento, a demanda que se colocava era de outra ordem, era acolher seus significados.

Na prática da construção do álbum no acolhimento institucional, é possível ver esse momento da produção do álbum como uma forma de criar narrativas, de se sentir sujeito de sua própria história.

As narrativas também se constroem em outros espaços da instituição, não necessariamente com o uso da ferramenta do álbum. Em atendimentos com a equipe ou mesmo na casa lar com as cuidadoras, as crianças se permitem narrar sua própria história, e muitas delas são permeadas por angústias e medos.

Em uma dessas narrativas, Maria, de 9 anos, chamou-me na casa lar e pediu para conversar. Ela havia chegado na instituição há pouco tempo e vinha com dificuldades para dormir à noite. Em outros momentos, conversava com ela tentando lhe dizer que naquela casa estava protegida, que seria cuidada, mas no dia em que me chamou queria falar sobre a razão de seu medo. Então contou como era morar na rua com a mãe, que ela ficava acordada protegendo seus dois irmãos menores e que sua mãe ficava vendo coisas, que certo dia a mãe gritava dizendo que estava pegando fogo e que ela então tinha que proteger a todos, sem dormir. A mãe de Maria é esquizofrênica e como não estava em tratamento, havia muitos momentos de desorganização. Maria, assim, era na rua a pessoa que cuidava dos irmãos mais novos, e não podia dormir. A partir dessa conversa, Maria conseguiu ficar mais tranquila à noite e se sentir mais protegida.

Diante desses aspectos, fica evidente que é possível construir narrativas nesse espaço, desde que sejam elas acolhidas com sensibilidade e escuta, trazendo novas possibilidades para criança e adolescente que precisam se expressar, falar de seus medos e angústias, para que assim possam seguir, reencontrar-se, dar lugar para os seus sentimentos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere à história do acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil, é notória a evolução desse serviço, alcançada pela criação e pelo desenvolvimento de leis capazes de amplificar o olhar para infância e a adolescência nesse lugar.

Dentre as questões alcançadas, podemos citar o olhar mais direcionado e individualizado para a infância e a adolescência em vulnerabilidade social.

Os serviços de acolhimento institucional nas modalidades citadas neste trabalho, o abrigo institucional e casas lares, são compostos por diferentes especificidades no atendimento. Porém, identifica-se que esses dois espaços são capazes de produzir um lugar de possibilidades de relações transferenciais e narrativas.

Diante do que foi tratado e discutido ao longo desta produção, pode-se perceber que o acolhimento institucional para crianças e adolescentes, mesmo com o fim da institucionalização total, não deixou de ser instituição, pois apesar de ser hoje constituído por uma “casa” e de ter uma abordagem político-pedagógica para que a criança e o adolescente tenham uma vida mais próxima de um ambiente que se constitua como casa, tendo como indicação das leis a convivência familiar e comunitária, ele não contempla o lugar o qual a criança busca encontrar: um lar.

Quanto à construção de relações transferenciais, podemos perceber que se torna fundamental que elas se estabeleçam, para que a criança e o adolescente possam criar um lugar de segurança ao dividirem com o outro seus medos e angústias, sendo que as transferências no acolhimento institucional acontecem de forma ampliada e em espaços distintos da instituição, onde o vínculo afetivo contribui para essa construção.

As narrativas acontecem a partir do estabelecimento da transferência e do vínculo de segurança, sendo importante a disposição do outro em acolher a demanda advinda da criança. Seja ela com construção de histórias, em uma conversa “informal”, através da escrita ou mesmo de brincadeiras, cabe ressaltar que a construção dessa narrativa é capaz de ressignificar lugares e histórias de vida para a criança e o adolescente que têm marcas profundas em suas vidas.

Sendo assim, identificamos que há um lugar possível na instituição que é casa mas não é lar, lugar de construção de transferências e narrativas, desde que se encontrem sujeitos capazes de acolher e responder as demandas trazidas pelos atores pertencentes a esse lugar.

## REFERÊNCIAS

- Ariés, P. (1981). *História social da criança e da família*. (Dora Flaksman Trad.). (2. ed.). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.
- Bowlby, J. (1993). *Separação: angustia e raiva*. (2ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Broide, J. (2006). *A psicanálise nas situações sociais críticas: uma abordagem grupal à violência que abate a juventude nas férias*. Programa de Pós-graduação em Psicologia Social – Núcleo de Psicanálise e Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Doutorado em Psicologia Social.
- Cintra, A. L. & Souza, M. (2012). Representações sobre corpo e infância elaboradas por educadoras-cuidadoras de uma instituição de abrigo para crianças. *Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)*, 23, 39. Retirado em 05/07/2017, do <http://www.ujaen.es/revista>.
- Cruz, R. L. (2006). *(Des)articulando as políticas públicas no campo da infância: implicações da abrigagem*. (1ª Ed.). Santa Cruz do Sul: Edunisc.
- Elage, B. (2008). *A história de Pedro*. Ilustrações de Marilisa von Schmaede. São Paulo: Associação Fazendo História.
- Franco, R. G. (2010). Participação e monitoramento da sociedade civil na construção da cidadania infanto-juvenil. In *Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI* (pp. 4872-4885), Fortaleza, CE. Recuperado de <http://150.162.138.7/documents/download/195;jsessionid=CF86FF49445E64EF975020B313A00144>
- Freud, S. . Além do princípio do prazer. In *Edição standard das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. XVII). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1920)
- Freud, S. Caminhos da terapêutica psicanalítica. In *Obras completas de Sigmund Freud* (Vol. X). Rio de Janeiro: Delta. (Trabalho original publicado em 1918)
- Freud, S. Recordar, repetir e elaborar. In *Edição standard das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. XII). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914)
- Granato, T. M. M., Corbett, E. & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2011). Narrativa interativa e psicanálise. *Psicologia em estudo*, 16(1), 149-155.
- Laplanche, J. & Pontalis, J. B. (2008). *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Mallmann, F. R. (2008). *Sem pai, sem mãe, sem nada: a função do abrigo*. Trabalho de conclusão de curso, Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, Porto Alegre.
- Mezan, R. (1998). O que significa pesquisa em psicanálise? In R. Mezan, *A sombra de Dom Juan e outros ensaios* (pp. 85-118). São Paulo: Companhia das Letras.

- Miller, J. A. (1987). *Percurso de Lacan – uma introdução*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Rizzini, I. (2011). *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil*. (3º Ed.) São Paulo: Cortez.
- Scarparo, M. De L. D. E. (2008). *Em busca do sujeito perdido: a psicanálise na assistência social, limites e possibilidades*. Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Soares, J. B. (2012). *A construção da responsabilidade penal do adolescente no Brasil: uma breve reflexão histórica*. Retirado em 16/06/2017, do <http://www.mp.rs.gov.br/infancia/doutrina/id186>
- Sistema Único de Assistência Social – SUAS*. (n. d.). Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do Desenvolvimento Social. Recuperado de [http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/assistencia\\_sistema](http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/assistencia_sistema)
- Winnicott, D. W. (1994). *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho originalmente publicado em 1984)
- Winnicott, D. W. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho originalmente publicado em 1971)
- Winnicott, D. W. (1974). *Formas clínicas da transferência*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho originalmente publicado em 1956)
- Winnicott, D. W. (2003). The aims of psycho-analytical treatment. In D. W. Winnicott, *The maturational processes and the facilitating environment* (pp. 166-170). London: Karnac. (Trabalho originalmente publicado em 1962)
- Winnicott, D. W. (2011). *A família e o desenvolvimento individual*. (4ª ed.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho originalmente publicado em 1965)